

## **ADAPTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE ENSINO EM AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA A ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO DE FUNDAMENTAL DE ESCOLAS PÚBLICAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PIBID**

Mateus Sanches Jokura <sup>1</sup>  
Alex Sandro Teixeira Pecinato <sup>2</sup>  
Manoel Osmar Seabra Júnior <sup>3</sup>

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é uma iniciativa que integra a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação e tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação básica pública brasileira (BRASIL, 2023).

Dentro dessa perspectiva, o programa do PIBID do curso de Educação Física da FCT – UNESP, Campus de Presidente Prudente, desenvolve suas atividades a partir da observação e customização de recursos adaptados a estudantes do público-alvo da Educação Especial (EPAEE).

Os discentes que fazem parte do projeto mencionado anteriormente, desenvolvem suas atividades em três escolas públicas do município de Presidente Prudente/SP. Eles são divididos em duplas de trabalho e a partir da observação destes estudantes EPAEE, produzem recursos acessíveis e estratégias de ensino adaptadas para oportunizar a prática das atividades físicas equiparadas aos demais estudantes da escola.

O presente relato de experiência baseia-se no trabalho dos graduandos Alex Sandro Teixeira Pecinato e Mateus Santos Jokura, sob a orientação do professor Manoel Osmar Seabra Júnior, desenvolvendo suas atividades todas as quintas-feiras, no período das 8h50 às 11h45, sob a supervisão do professor Ariovaldo de Souza Ribeiro, na Escola Estadual Mirella Pesce Desidere do município de Presidente Prudente/SP, com um estudante do gênero masculino, que chamaremos aqui de Pedro (nome fictício). O estudante possui 14 anos, está matriculado no 9º ano das séries finais do Ensino Fundamental e apresenta uma doença conhecida por Distrofia Muscular de Duchenne.

---

<sup>1</sup> Graduando pelo Curso de Educação Física da UNESP – Campus de P. Prudente, [mateus.jokura@unesp.br](mailto:mateus.jokura@unesp.br);

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Educação Física da UNESP – Campus de P. Prudente, [alex.pecinato@unesp.br](mailto:alex.pecinato@unesp.br);

<sup>3</sup> Professor coordenador de área do PIBID – Educação Física, UNESP – Campus de P. Prudente, [m.seabra@unesp.br](mailto:m.seabra@unesp.br).



Primeiramente, cabe ressaltar que, a Distrofia Muscular de Duchenne (DMD), é uma doença provocada pela deficiência da proteína das fibras musculares denominada distrofina. A mutação do gene da distrofina conduz à ausência da proteína distrofina, resultando numa degeneração progressiva dos músculos (lisos, esqueléticos e cardíaco), assumindo um caráter degenerativo, com evolução progressiva e irreversível. Esta doença afeta quase exclusivamente pessoas do sexo masculino, sendo as mulheres as portadoras. Segundo, SILVA e CRUZ (2007) esta doença só afeta pessoas do sexo feminino que sofrem de síndrome de Turner (XO) ou translocação X autossômica.

Segundo EDWARDS *et al.* (2000), entre 12 e 13 anos ocorre perda da deambulação, que evolui para a utilização de cadeiras de rodas, estágio esse em que se encontra o estudante Pedro. Esta perda afeta tanto suas habilidades motoras quanto sociais, visto que o estudante não consegue mais se locomover sozinho, sendo necessário o auxílio de outros para realizar suas atividades livremente.

A inclusão vem se inserindo nas escolas há algum tempo, um exemplo é a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, com a Lei nº5.692/71 (BRASIL, 1971), onde seu Art. 9 cita um “tratamento especial” para estudantes com deficiências: “Os alunos que apresentem deficiências físicas ou intelectuais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.” No Brasil, a resolução CNE/CEB Nº2, de 11 de setembro de 2001 é qualificada como um dos documentos mais relevantes no combate pela manutenção de uma educação inclusiva no Brasil.

Segundo esse viés, a inclusão no ambiente escolar se dá por três princípios: o acesso, a participação e a aprendizagem de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Alves; Fiorini, 2018). Vale ressaltar a definição de escola inclusiva, segundo a Declaração de Salamanca (1994, p. 5):

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola.



Além disso, em 1990 foi aprovada pela Conferência de Jomtien a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. O quinto tópico do Art. 3 diz respeito a garantia de igualdade de pessoas especiais:

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.

Partindo desse ponto, é necessário ressignificar o papel do professor na escola, abandonando o paradigma tradicional de educação; para isso, o uso da Tecnologia Assistiva é essencial e contribui para o aperfeiçoamento de capacidades e habilidades motoras, cognitivas e sociais (PENA *et al.*, 2008).

É necessário que ocorra uma “revolução educacional”, na qual as escolas passariam a ser mais democráticas, respeitando e promovendo valores sociais significativos, onde a multiplicidade ultrapasse o limite da integração e alcança a verdadeira inclusão; os professores devem atualizar e adequar suas práticas pedagógicas com o intuito de romper barreiras e preconceitos entre os estudantes (Brandenburg; Lückmeier, 2013). “A escola como instituição social tem como tarefa a transmissão e a veiculação de saberes e práticas para todos”. (Serighelli; Araldi, 2021).

Nos primeiros meses de estágio, conversamos com o professor supervisor, que ministra as aulas de Educação Física, para conhecermos um pouco mais da realidade do estudante, para que posteriormente fizéssemos uma abordagem mais assertiva. Foi relatado que o estudante era muito tímido e que interagia pouco com os seus pares e demais pessoas que trabalham na escola. Durante aulas de Educação Física, demonstrava um maior interesse pelo vôlei e por jogos de tabuleiros tradicionais, como dama e xadrez. Posto isso, tivemos um primeiro contato com o Pedro, onde nos apresentamos, conversamos um pouco sobre os fundamentos do voleibol e na sequência treinamos alguns movimentos do vôlei, como o toque, usando uma bola mais leve e macia, como recurso adaptável.

A partir dessas primeiras observações e ações que estabelecemos nos primeiros três encontros, decidimos construir um recurso pedagógico adaptado que consistiu na construção de uma base, feita a partir de quatro cartelas grandes de ovos, coladas com fita durex, uma ao lado da outra, formando assim um quadrado. As cartelas foram pintadas com cores diferentes sinalizando as pontuações associadas ao grau de dificuldade de arremesso de pequenas bolas de isopor, que possuíssem o peso ideal para que não fadigasse a musculatura do estudante e que não “flutuassem” no ar quando fossem arremessadas. As pontuações foram demarcadas para

que houvesse um certo estímulo na realização do movimento e para que o estudante elaborasse estratégias ao longo do jogo.

Uma das principais finalidades do recurso é desenvolver a coordenação motora do Pedro, tanto a fina (por meio do ato de tocar a bola, visto que ele possui uma dificuldade com esse movimento de pinça) quanto a grossa (por meio do lançamento da bola e estabilização do tronco no momento do arremesso).

Durante o desenvolvimento das atividades, foi perceptível que o estudante apresentava uma fadiga muscular menos intensa em relação as atividades que envolviam a manipulação de bolas (ainda que menos pesadas e mais macias) na aplicação dos fundamentos do vôlei. Ademais, observou-se que o estudante, quando desenvolveu a atividade, juntamente a um colega que não possui deficiência, demonstrou grande contentamento; tal expressão de entusiasmo pode ser devido a sua percepção de que o outro estudante apresentava certas dificuldades, apesar de não possuir nenhuma deficiência; esse tipo de estratégia foi idealizada baseando-se nas quatro formas de integração de Solder (1991, apud Carma, 1991, p.117). Esse tipo de situação contribuiu para que o Pedro estabelecesse uma maior socialização com seus pares, haja visto que ele exibia dificuldades de interação por conta de sua timidez. Segundo Sherrill (1998, apud Castro, 2005, p.410) “a inclusão social refere-se à natureza e o número de interações pessoais com os colegas de classe. Pressupomos que essas interações sejam positivas e contribuam para os sentimentos de aceitação dos estudantes entre si”. Diante do que foi apresentado, percebemos que as atividades contribuíram, ainda que de forma tímida, para o processo de desenvolvimento motor do estudante e para a socialização com seus pares.

Para os próximos meses, nossa proposta é aprimorar o protótipo, realizando algumas adaptações, colando uma espécie de barreira nas laterais para impedir de que as bolas se desloquem para fora da base de cartelas, tornando o jogo mais rápido e dinâmico.

## REFERÊNCIAS

Ministério da Educação - <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/pibid/pibid>. Acesso em: 29 ago. 2023.

PENA, F. de F.; ROSOLÉM, F. C.; ALPINO Â. M. S. **Contribuição da Fisioterapia para o bem-estar e a participação de dois alunos com Distrofia Muscular de Duchenne no ensino regular**. Revista Brasileira De Educação Especial, Londrina, v. 14, n. 3, p. 447-462, dez.-mar., 2009.

**DECLARAÇÃO de Salamanca. Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais. 7-10 de junho de 1994. Disponível em:** <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2023.

DE ALMEIDA, M. **A Distrofia Muscular de Duchenne e a inclusão - um estudo de caso.** 2012. Tese de Doutorado. Universidade de Aveiro.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

DECLARAÇÃO Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, Jomtien. 5-9 de março de 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 29 ago. 2023.

BRASIL. Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 29 ago. 2023.

ALVES, M. L. T.; FIORINI, M. L. S. **Como promover a inclusão nas aulas de educação física? A adaptação como caminho.** *Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada*, Marília, v. 19, n. 1, p. 03-16, jan.-jun., 2018.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. **Diário Oficial da União**, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 13 set. 2023.

STRIJKER, B. E.; FRASSON, A. C. **Portadores de necessidades especiais: o esporte como fator de inclusão social.** In: Congresso Internacional de Educação Física, Anais. 2003. Foz do Iguaçu.

SERIGHELLI, M. A.; ARALDI, M. **A inclusão (exclusão) social dos alunos com deficiência em sala de aula: social inclusion (exclusion) of students with disabilities in the classroom.** *Professare*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e2371-e2371, 2021. DOI: 10.33362/professare.v10i1.2371. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/professare/article/view/2371>. Acesso em: 14 set. 2023.

BRANDENBURG, L. E.; LÜKMEIER, C. **A história da inclusão x exclusão social na perspectiva da educação inclusiva.** *Anais do Congresso Estadual de Teologia*. São Leopoldo: EST, v. 1, 2013, p. 175-186.

Castro, Eliane Mauerberg de. **Atividade física adaptada.** Ribeirão Preto: Tecmedd, 2005.